

## 457ª Reunião Ordinária do Consema

**00:05:51 Naiana Lanza:** Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença de todo mundo em mais uma plenária aqui do CONSEMA. Bom dia, secretária, bom dia subsecretário Cristiano, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras que nos acompanham aqui presencialmente e também pela internet, e também os demais amigos que nos acompanham também aqui presencialmente pela internet. Então, tendo sido verificado o quórum, a mesa declara aberto os trabalhos da Reunião Ordinária nº 457 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acessada no YouTube da Secretaria, na página @semilsp, e que a presente plenária ocorre na sala de reunião do CONSEMA, o plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Então, em continuidade ao Expediente Preliminar, passamos, então, à aprovação da ata da reunião passada, a Reunião Ordinária nº 456 do plenário, distribuída também junto à convocatória, aos conselheiros e às conselheiras, razão pela qual eu peço que se dispense a leitura. Alguém aqui tem algum comentário em relação à ata? Não? Online também não? Então, a ata fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Passo, então, a palavra à senhora Natália Resende para as suas comunicações e informes do dia. Obrigada, secretária.

**00:07:19 Natália Resende:** Obrigada. Bom dia. É sempre uma alegria estar aqui com vocês. Cumprimento quem está aqui presencialmente, quem nos acompanha virtualmente. E, bom, vamos lá falar um pouquinho do briefing aqui. A gente anunciou uma parceria bem importante com o pessoal do ITESP para projetos de restauração em assentamentos rurais. A gente vai fazer um primeiro lá em Marabá Paulista, começando ali com 110 hectares, podendo chegar a 700 no final do ano que vem, e isso por meio também do Fina Clima. Então, a gente já está vendo o mecanismo funcional, que para nós é muito gratificante, porque teve um trabalho muito árduo aqui da equipe, a quem eu também agradeço muito. A gente continua no Pró Pet SP. Foram feitas, por exemplo, castrações em 350 animais em Jundiá, e já superamos 6,3 mil atendimentos na região, além de outras que a gente está fazendo em todas as regiões do Estado. A gente abriu consulta pública para regulamentar as áreas de soltura de fauna silvestre, contribuições até 5 de junho. E aí a gente também convida todos a participar, dar uma olhada, ver o que a gente pode aprimorar sempre. O Fina Clima, que eu estava comentando com vocês, foi reconhecido entre os finalistas do Prêmio Brasil de Gestão Pública 2026, na categoria Impacto Social e Inclusão em Políticas Públicas Estruturantes. De novo, o que nos deixa muito felizes pela importância que é e que a gente quer que cada vez fortaleça mais. A gente está investindo 20 milhões em três parques, Guarapiranga, Jequitibá e Embu Guaçu. Fui até no Guarapiranga outro dia, estão andando bem lá as obras, as reformas, a gente espera finalizar até julho. A Semana de Conciliação Ambiental já viabilizou uma recuperação de 1,8 mil hectares aqui em São Paulo, a nova edição do nosso acordo SP Mais Verde. Agradecer aqui ao André também, querido, todo o trabalho que vem fazendo da fiscalização. Não está aqui nos informes, eu gostaria de destacar também que ontem saiu uma publicação muito importante, falei do André, lembrei, o Estado de São Paulo reduziu em 29% o desmatamento na Mata Atlântica, é o menor índice dos últimos anos. Eu estava comentando aqui que ontem saiu a publicação do Atlas, o INPE, SOS Mata Atlântica, que reconheceu o estado de São Paulo, Paulo com uma redução de desmatamento de 29% na Mata Atlântica, que é bastante significativo, foi o que mais reduziu, se a gente for olhar os quatro estados do sudeste, e isso é fruto de muita fiscalização, monitoramento, conservação, restauração, a gente fica muito satisfeito de ver os resultados. E uma das iniciativas é,

inclusive, o Acordo SP Mais Verde, que a gente está fazendo para dar celeridade e mais eficiência nas restaurações que a gente está fazendo aqui no Estado, que desde 2023, passando um panorama para vocês, a gente já está com 41 mil hectares, e que a gente colocou em proteção 13 mil hectares também. Ajuda muito a gente ter resultados como esse. 13 mil em proteção, como, por exemplo, o Morro Grande, que a gente transformou em parque. E 10 mil hectares em áreas de mananciais, que nos ajuda muito na questão de segurança hídrica. É importante a gente falar isso também. Bom, a gente abriu inscrição aqui para o conselho que avalia serviços públicos da pasta, voluntário pela plataforma Fala SP, também para dar sempre transparência aqui nos nossos serviços, controle social. Após 60 dias, um bicho preguiça voltou à natureza, lá em Juquiá. A gente fez uma campanha também para escutar, convidando a população a escutar as aves da Mata Atlântica. Estava aqui, eu não tinha visto, que a gente registrou queda de 29% no desmatamento da Mata Atlântica, menor índice dos últimos anos. Bom, a gente fez uma série de anúncios também para a nossa parte de logística, olhando rodovias, e aí principalmente com uma concatenação com drenagem também, para a gente ficar mais resiliente, as nossas infraestruturas ficarem mais resilientes, dado o cenário de mudanças climáticas. Olhando a nossa hidrovía também, que é um modo mais sustentável de todos, então a gente começou, deu autorização, início de obras no Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri, uma obra muito esperada também ali na região, que vai ajudar muito esse modo de transporte, e a hidrovía Tietê como um todo. Uma obra que estava aí desde 2015 para sair, a gente vai começar agora, em 12 meses acaba. Uma série também de investimentos em saneamento e resiliência hídrica. E aí a gente está fazendo também uma série de audiências, hoje vai ter uma virtual, convido todos. Bom, então, estava falando aqui que a gente está fazendo uma série de investimentos em saneamento e, para isso, também a gente está fazendo audiências públicas. Hoje, a gente vai fazer uma virtual, a partir das 18. Quem tiver oportunidade, quem quiser participar, estão todos convidados. Ontem a gente fez em Junqueirópolis, na segunda-feira a gente fez em São Carlos. Também já fizemos em São Caetano e Americana. E aí, só citando aqui um pouco do que a gente está discutindo, lá no consórcio do Piraí, a finalização da segunda etapa da barragem do Piraí, 177 milhões. Também aqui, Barragem em Bofete, 9,4 milhões, que é a parte de Tarifa Social Paulista, beneficiando mais de 312 mil pessoas na Baixada Santista. Então, teve um total, um dobro, se a gente for olhar, de 2 milhões de pessoas para 6, dobro não, triplo, 6 milhões de pessoas com acesso à tarifa social no estado de São Paulo. Investimentos de 5 bilhões ali na região do Baixo e Médio Tietê, até 2029. Lá em Ribeirão, 97 milhões de investimentos para saneamento e infraestrutura. Araraquara, 1,9 bi, principalmente olhando a área rural também. A gente retirou 134 mil toneladas de lixo do Pinheiros desde 2023, trazendo aqui também um balanço para vocês, que representa 212 milhões. A gente tem deixado isso no Lixômetro que a gente colocou ali perto da usina São Paulo, até porque o que a gente quer é que não chegue o lixo. Uma vez que chegue, tudo bem, a gente retira, mas a educação, a conscientização ambiental, para a gente, é norte, é premissa, é o que a gente procura quando a gente faz esse tipo de iniciativa também. A CETESB também ampliando fiscalização, investindo mais de 43 milhões em monitoramento em rios paulistas. Aqui também obras de saneamento, que eu comentei, lá no Alto Tietê, 438 mil pessoas beneficiadas, 238 milhões também, para ampliar saneamento, também no Alto Tietê. São Caetano, que eu comentei, 119 milhões, e aí só até 2033, se a gente for olhar. Americana, 2 bilhões de investimentos em saneamento, também muito focada aqui em redução de perda d'água, melhoria de resiliência, melhoria de Estação de Tratamento de Esgoto com tratamento terciário. A gente anunciou obras bem importantes de desassoreamento e drenagem no grande ABC, como, por exemplo, projetos no Córrego

Taioca, no Oratório Tamanduateí, enfim, uma série de intervenções para a gente também ficar mais resiliente frente às chuvas que estão cada vez mais intensas em curtos períodos que sobrecarregam nossas infraestruturas. A gente tem mantido, junto com a Defesa Civil, também medidas contra estiagem, reforçando monitoramento, equipamentos para os municípios. Lá no Vale do Ribeira, 1.3 bi em obras de saneamento, também tudo em andamento, incluindo a área rural, é importante a gente destacar isso. A gente prorrogou a consulta pública sobre a nova regulamentação de outorgas, muito também a pedido dos setores. E aí a gente convida também o pessoal da SP Águas a participarem, a entrarem, contribuïrem. São Carlos, 1.8 bi investimento em saneamento, também olhando drenagem, redução de perda d'água. A gente tem apostado aqui na parte de energia e mineração, muito em planejamento territorial, e aí de forma a olhar mineração, sustentabilidade, a gente tem feito vários seminários, workshops, por exemplo, lá no Vale do Paraíba, que responde por 15% da areia produzida em São Paulo. E também estimulando o biometano pelas suas várias formas, no setor sucoenergético, por meio dos resíduos sólidos, e aí tem capacidade de abastecer 2,8 milhões de residências, a indústria como um todo, se a gente for olhar, 6,4 milhões de metros cúbicos. Acho que é isso, um pequeno resumo. Devolver a palavra à Naiana. Obrigada, gente. Um ótimo dia para nós.

**00:17:39 Naiana Lanza:** Então, vamos seguindo aqui. Eu tenho também alguns pequenos informes para passar antes da gente passar a palavra aos conselheiros. Nós estamos numa sequência de realização de audiências públicas, então gostaria de anunciar as próximas audiências públicas que serão realizadas. Então, amanhã, nós teremos uma audiência sobre o EIA RIMA do empreendimento Loteamento Jequitibá II, que será realizada no município de Boituva. Também, no dia 10 de junho, teremos a audiência pública do EIA RIMA do empreendimento Loteamento Artesano em São José dos Campos, no município de São José dos Campos. E, no dia 25 de junho, teremos também a audiência do EIA RIMA do Empreendimento Mineradora São Julião, no município de Bananal, São Paulo. As informações também podem ser acessadas no site do CONSEMA. Além disso, nós estamos entrando em junho, o mês do meio ambiente, então eu gostaria também de convidar a todos e a todas, estamos na finalização da organização do evento, de comemoração do Dia do Meio Ambiente, então, previsto para ser realizado no dia 10 de junho, no Parque Ecológico do Tietê. Então, nesse sentido, eu convido a todos os conselheiros e conselheiras para participar com a gente, porque vocês participam ativamente na construção das políticas públicas ambientais. Então, seria muito legal compartilhar isso com todas e todos. Assim que a gente tiver a programação oficial e à confirmação da data, a Secretaria Executiva compartilha com todos os conselheiros e conselheiras a programação para que vocês tenham ciência. Por fim, antes de passar a palavra para os senhores e senhoras, eu gostaria de pedir ao plenário uma inclusão de pauta extraordinária. Não sei se todos os conselheiros e conselheiras sabem, mas, recentemente, a nossa querida Rosário se aposentou. É uma perda muito grande para a gente, então, nós gostaríamos de prestar uma singela homenagem, então seria para a gente aprovar uma moção em homenagem a Rosário, então se a gente pode incluir como pauta extraordinária após a Ordem do Dia. Alguém tem alguma manifestação contrária? Bom, então agradeço a todos os conselheiros e conselheiras e seguimos então para os Assuntos Gerais, nesse momento destinados aos conselheiros e às conselheiras. Como de costume, eu já vou pedir para todos e todas serem em breve nas palavras, nas manifestações para que a gente consiga cumprir a nossa pauta do dia, que temos três unidades para discutir. Então vamos lá?

**00:20:24 Natália Resende:** Naiana, desculpa, eu esqueci de falar uma coisa porque eu fiquei empolgada com o nosso resultado de redução de desmatamento e não falei que hoje é dia da Mata Atlântica. Então dar as felicitações também e comemorar dado o resultado. Acho que eu falei do resultado, não falei do dia. Enfim, só um adendo aqui. Obrigada, desculpa.

**00:20:44 Naiana Lanza:** Imagina, obrigada, secretária. Eu também esqueci. Então, vamos lá. Pelo menos aqui no plenário, os conselheiros que gostariam de se manifestar. Victorino, Lara, Rodrigo, Leduc. Bom, online temos o Crepaldi, Sustentabilidade, a Cris Murgel, a Amanda, a doutora Amanda e a Fernanda Carbonelli. Então, por favor, Victorino, pode iniciar, por gentileza.

**00:21:23 Eduardo Victorino (CREA):** Bom dia a todos, bom dia, nossa secretária Natália. A gente não se vê faz algum tempo, não sei se é bom ou se é ruim, não é? Mas eu estou com saudades de ti. Então, eu queria fazer um registro aqui sobre o FEHIDRO. Dizer que a gente vem de encontro com aquela reunião que eu pedi aqui na SEMIL, com os municípios produtores de água e que protegem as florestas, que é um tema que a gente fala sobre recursos. E aí eu queria parabenizar todos os profissionais técnicos que voluntariamente fazem avaliação dos projetos e indicam todos aqueles itens que nós temos que fazer as correções. Isso de maneira voluntária. E eu queria aqui, Natália, não sei se já fazem isso, mas entregar um certificado para esses técnicos como bons préstimos à sociedade. Porque são profissionais que fazem isso de maneira voluntária e ajudam na captação de recursos. E também parabenizar e agradecer a FEHIDRO, que cada ano que passa melhora o atendimento, a parceria. A gente percebe que existe sempre uma vontade do FEHIDRO de que os projetos sejam bons projetos, que precisam ser bons projetos. Nós estamos falando de mais de 100 milhões de reais que foram colocados nos municípios para que façam esses projetos. Não só os municípios, mas outros entes que fazem a captação. Então, agradecer ao FEHIDRO. A gente teve uma experiência muito bacana agora com o Plano de Resíduos Sólidos, um atendimento muito importante para nós, parceria, que a gente pudesse apresentar um projeto e pudesse ser atendido. E é importante que esse Plano de Resíduos Sólidos, que é uma atualização e uma renovação, a gente vai ter isso. E, para finalizar, Natália, eu queria dizer que a gente precisa... Esse 29%, a gente sabe que depende muito da fiscalização, que é uma coisa que eu sempre batalhei muito aqui. E eu queria não só parabenizar os 29%, mas parabenizar o GFI, os Grupos de Gestão Integrados do Estado, que têm feito um trabalho exemplar. Agradecer muito também a PGE, que tem participado com a gente nas demandas de campo, isso tem nos dado bastante segurança jurídica para fazer as nossas atuações, as nossas atuações, isso está sendo muito importante para nós. Então, Natália, já registrado também esse agradecimento à fiscalização, porque com ela a gente evita lá na frente problemas maiores. Obrigada.

**00:24:03 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro Victorino. Na sequência, o conselheiro Eduardo Leduc. Por favor, Leduc. Vocês têm quatro minutos.

**00:24:12 Eduardo Leduc (Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta):** Nem preciso de tudo isso. Na verdade, além de querer muito essa moção da Rosário, uma pessoa que realmente era um braço direito, acho que para muita gente aqui. Ainda que eu soube que ela trabalhou na parte do Licenciamento Ambiental também, consolidando dados. Olha a tarefa desafiadora que ela fez, acho que é por isso que ela teve que sair, de tanto estresse que ela teve. Mas só parabenizando ela e queria apoiar. Eu queria fazer só um comentário sobre essa

redução do desmatamento, que é uma notícia talvez para o meio ambiente do estado de São Paulo, tendo a Mata Atlântica o bioma mais ameaçado do país, isso realmente é um resultado. A gente não vê que não foi fazendo as coisas como sempre que isso se atingiu, teve uma mudança de postura. Pela região que eu acompanho mais de perto, a gente nota uma prontidão da polícia ambiental e um senso de urgência muito diferentes. Então, realmente, isso daí não é por acaso, pelo pequeno espaço que eu acompanho mais de perto. E as ações de impacto que, juntamente com o apoio jurídico, a polícia ambiental vem fazendo de remoções de obras em construção de forma irregular ou clandestina, têm coibido muitas novas tentativas. Essas ações de impacto são fundamentais, não só para o caso específico, mas elas coíbem. Então, realmente, parabenizar, isso é governança ambiental do Estado, e o trabalho do GERCO nisso também. Isso é planejamento territorial também, isso é governança territorial. O trabalho da DPFA, que tem atuado com prontidão também a ver se as áreas estão sendo recuperadas. Várias áreas estão sendo recuperadas, que foram autuadas lá atrás. O avanço do Ministério Público também fazendo ações concretas, de que essas pessoas precisam se deslocar, digamos assim, ou não avançar. Então, realmente, eu vejo um conjunto de ações para que isso seja atingido. Sozinho uma área não teria conseguido fazer isso. Então, eu queria parabenizar e dizer que talvez é a melhor contribuição. Isso, a gente fala Mata Atlântica, mas a gente está falando de rios, preservação hídrica, a gente está falando de biodiversidade, a gente está falando de riscos de vida, de desmoronamento e alagamento. Ou seja, esse é um indicador que mostra que todos os outros estão sofrendo, digamos assim, 29% a menos também de problemas. Parabéns.

**00:27:00 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, chamo o conselheiro Crepaldi, que está online. Por favor, Ricardo Crepaldi.

**00:27:12 Ricardo Crepaldi (ABES):** Obrigado, Naiana. Bom dia a todos os conselheiros, na pessoa da secretária Natália, cumprimento a todos. Bom, são três pontos que eu queria falar rapidinho, mas são eventos, tá? Nós estamos realizando na ABES, nós estamos realizando a Brasil Water Week, é a semana, né? Então, ou seja, já está acontecendo, mas vai até sexta-feira. Então tem diversos painéis, especialistas do mundo inteiro, então até sexta-feira é só entrar no site da ABES, na [abessaopaulo.org.br](http://abessaopaulo.org.br), e aí você tem como chegar lá. Sexta-feira também nós estamos fazendo um evento, estou fazendo um evento aqui em Bauru, estou aqui agora, e nós vamos fazer um evento sobre resíduos da construção civil e uso em estradas rurais, as técnicas. É uma parceria junto com o CREA, a Associação dos Engenheiros e é um evento para quem estiver pela região, vai ser na sexta-feira pela manhã, então vai ser um bate-papo gostoso, um trabalho técnico de resíduo da construção civil, da sua destinação, e também como você trabalhar para não deixar isso fazer um assoreamento dentro das escadas rurais, dentro dos córregos, que a gente precisa tanto. Por último, a nossa próxima reunião é dia 24 do mês que vem, mas no dia 23, nós vamos fazer um evento híbrido na sede da ABES em São Paulo, que vão ser Diálogos do Saneamento Paulista. São oito painéis que nós vamos estar fazendo o dia inteiro, e depois nós vamos fazer uma pequena confraternização, que é a de praxe na ABES, em Pinheiros. Então, vai ser um dia muito especial, não só por causa desse evento, na véspera da nossa reunião, mas também que, nesse dia, é o meu aniversário, e eu não prometo bolo para todo mundo que estiver lá, mas eu vou tentar, todos estão convidados. Obrigado, um abraço a todos.

**00:29:19 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, a conselheira Cris Murgel. Por favor, Cris.

**00:29:27 Cristina Murgel:** Bom dia, bom dia, secretária, bom dia a todos. Primeiro, também deixar aqui meu registro, meu agradecimento a Rosário, em meu nome e em nome da FAESP. Rosário sempre foi uma profissional de primeira linha e sempre muito dedicada e desejo a ela toda a felicidade nessa nova etapa. E a minha fala, secretária, é no sentido de solicitar a SEMIL se seria possível contarmos aqui com uma apresentação aos sindicatos rurais sobre o projeto Brotar. A gente tem recebido alguns questionamentos, não entendendo muito bem o que se pretende, principalmente por parte dos sindicatos rurais. Sabemos da importância do projeto, sabemos da relevância que ele tem. Então, achamos que seria oportuno fazer, talvez, uma live com os sindicatos rurais, passando um pouco, esclarecendo um pouco o que está sendo feito e como está sendo feito, para que a gente possa, inclusive, contribuir, eventualmente, com alguma replicação, algum entendimento sobre o assunto. Então, se possível, me passar para quem a gente dirigiria isso, e seria muito oportuno para nós, se a gente pudesse contar com essa apresentação para os sindicatos. Obrigada.

**00:30:55 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris. Na sequência, a conselheira Fernanda Carbonelli. Por favor, Fernanda.

**00:31:05 Fernanda Carbonelli (ICC):** Bom dia a todos. Bom dia, secretária. Em seu nome, cumprimento os demais conselheiros aqui presentes. Queria fazer um agradecimento muito especial a Rosário, uma pessoa, de fato, especial. Não cansava de mandar sempre uma mensagem, eu estava ligando, você vai participar, você vai vir, e sempre muito gentil, então faço aqui coro com os meus companheiros conselheiros. Referente ao Atlas da Mata Atlântica, eu queria fazer alguns comentários, apesar da notícia maravilhosa de redução, e embora o estado de São Paulo tenha registrado apenas 35 hectares de desmatamento em 2024 e 2025, um dos menores índices do país, o Atlas alerta que a destruição costeira continua extremamente preocupante, especialmente em restingas e áreas urbanizadas do litoral. Apesar de não haver um recorte sobre o litoral, os nossos levantamentos do Instituto de Conservação Costeira revelam um grave desmatamento contínuo, recorrente, principalmente nas áreas, no entorno de onde aconteceu a tragédia climática de 2023. Então, eu parabeno aqui todos os esforços para a restauração da Mata Atlântica. De fato, os nossos projetos de restauração do Estado têm sido incríveis e coloco aqui também o nosso projeto, mais de 203 hectares em áreas de alta declividade, que fizemos com alta tecnologia em parceria com a Fundação Florestal, mas alerta para esse tema crítico do Litoral Norte. Semana passada, não sei quem teve conhecimento, o jornal Estado de São Paulo publicou uma matéria sobre grilagem de terra, a gente tem tido o respaldo da polícia ambiental, mas ainda é muito pouco para o tamanho da nossa região, a quantidade de problema e a quantidade de passivo que ainda existe. Então, deixo esse pedido, esse alerta no Litoral Norte paulista, uma das nossas jóias mais preciosas do Estado, que precisa de um olhar especial nesse sentido. Então, só queria deixar isso registrado, e agradecendo desde já a atenção de todos.

**00:33:46 Naiana Lanza:** Obrigada, Fernanda. Então, na sequência, voltamos aqui para o plenário. Eu convido a fazer uso da palavra a conselheira Lara, da Diretoria de Educação Ambiental. Por favor, Lara.

**00:33:57 Lara Carolina Chacon Costa (DEA):** Bom dia, secretária, subsecretário, Naiana, conselheiros e conselheiras. Só trazer os informes no âmbito do que a secretária apresentou sobre resiliência climática, que a gente vai promover no dia 2 e 3 de junho, com cooperação

com a Secretaria de Estado de Educação, uma formação de professores voltada para resiliência climática, preparação de riscos e desastres, tanto para inundações, deslizamentos, quanto também para incêndios. A gente teve uma super parceria com todo mundo aqui da casa, Fundação Florestal, IPA, DPLA, DPFA. Então, a gente vai ter um momento formativo focado, na parte da manhã, numa frente mais teórica, e na parte da tarde, em oficinas práticas, que vários dos especialistas aqui da casa se voluntariaram para trabalhar práticas pedagógicas e essa preparação. A gente vai ter a presença da Defesa Civil, então a gente conseguiu construir um evento bem robusto. Como a gente tem capacidade ainda no auditório, o foco são os professores da rede estadual, mas a gente também está abrindo para as monitorias dos parques, a Ana havia pedido, então fica o convite também, Rodrigo, para monitores da Fundação Florestal que tiverem interesse. E se a Polícia Militar Ambiental também tiver interesse com os policiais ambientais educadores, a gente também ainda consegue manejar algumas vagas, porque a gente tem ainda no auditório e consegue também para as oficinas. Então, era só trazer esse informe e esse convite. Obrigada.

**00:35:22 Naiana Lanza:** Obrigada, Lara. Agora voltamos online com a conselheira Amanda, da PGE. Por favor, conselheira.

**00:35:29 Amanda de Moraes Modotti (PGE):** Olá, bom dia a todos e a todas. Cumprimento a todos na pessoa da secretária. Bom dia, secretária. Queria, primeiramente, apoiar totalmente a moção, a nossa Rosário, que trabalhou durante tantos anos e nos apoiava tanto, fará muita falta, certamente. Eu até estranhei que essa semana eu nem recebi uma mensagenzinha perguntando se eu ia online, se eu ia presencial, enfim. Mas queria trazer também alguns informes por parte da PGE aqui. Um é o que a secretária já falou, que é o SP Mais Verde, né? A gente realizou na semana passada a segunda rodada. Já temos resultados relevantes, mas tivemos algumas redesignações, então essas audiências continuarão provavelmente na semana que vem ou na outra, mas a perspectiva é muito boa. Já fizemos alguns acordos e temos perspectivas muito boas para a próxima semana. Queria agradecer ao pessoal da Lara, da Educação, da Equipe de Educação Ambiental, porque a gente realizou, nos últimos 15 dias, o PGE Sustentável, o piloto do PGE sustentável, fomos a uma escola ali na região do Guarapiranga e tratamos com os alunos ali da problemática da região de mananciais, da ocupação irregular, conversando muito com o trabalho, da OIDA, do GFI, eu acho que é tudo muito circular, eu acho que a gente tem que cobrir todos os pontos, desde a educação ambiental, dessas pessoas que moram lá, adolescentes e crianças, até na fiscalização, na repressão pelo agilização de ações, que a gente também tem apoiado trabalhando junto com o Ministério Público, e acho que tudo isso traz um resultado muito bom a médio e longo prazo. Também queria falar que hoje estou online até por essa razão, a gente tem um evento do nosso núcleo de estudos PGE Clima, em que a gente vai trazer também, corroborando para robustecer a fiscalização do Estado, um evento sobre responsabilidade civil e administrativa. Vamos trazer aqui o Major Cassius e vamos debater os problemas dos nossos autos de infração, como melhorá-los, enfim, vai ser uma dinâmica muito boa agora no início da tarde. E, por fim, falar sobre um grande acordo de fauna que a gente assinou na semana passada com o Ministério Público, ainda está pendente de divulgação, então não posso dar maiores detalhes, mas que é um marco realmente na política de fauna do Estado e queria parabenizar a secretária nesse sentido. Acho que é isso. Essas são as minhas ponderações. Obrigada e bons trabalhos aqui para a gente.

**00:38:11 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheira. Agora retornamos aqui ao plenário. Por favor, o conselheiro Rodrigo da Fundação Florestal.

**00:38:22 Rodrigo Levkovicz (FF):** Bom dia a todos e a todas. Bom dia, secretária. Só basicamente dar felicitações para o Dia da Mata Atlântica. também realizar uns informes. A gente começou a fazer manejo integrado de fogo. Ontem, hoje e amanhã a gente está em Itirapina. Segunda e terça-feira que vem a gente vai estar no Juqueri. Então se algum conselheiro tiver interesse de acompanhar, é uma atividade bem interessante. Depois a gente vai para o Jataí e vamos ver alguma outra Unidade de Conservação que a gente está precisando. Tem mais uma, esqueci, depois eu passo para vocês. Mas acho que a do Juqueri é bem interessante de ir. Dizer que a gente está se preparando para essa temporada, vai ser bem severa. Então, a Operação São Paulo Sem Fogo, André, Paola, Defesa Civil, a gente está bem focado. Teve bastante investimento, o pessoal está fazendo aceiro, as equipes estão mobilizadas. Muito provavelmente, final de setembro, início de outubro, seja o período mais crítico e a gente está se preparando para isso, em razão desse super El Niño que está se formando. Não é certo, mas os especialistas da Defesa Civil já apontam com 80% de certeza, e prevenir é melhor do que remediar. Então, é um pouco isso, e dizer que em relação à política de fauna, hoje a gente salta um credenciamento de veterinários para atuarem nas Unidades de Conservação para o resgate de fauna. Então, depois a gente também passa aqui para a Naiana, se você puder circular para os conselheiros, e conhecerem veterinários para se credenciar, para prestarem esse serviço de resgate de fauna e destinação, ou para as Cetras ou para a própria Unidade, nos ajuda bastante. Obrigado.

**00:40:04 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Passo agora a palavra à senhora secretária para os seus comentários.

**00:40:12 Natália Resende:** Obrigada, Naiana. Bom, vamos lá. Victorino, saudades também. Acho que é bom, porque eu não estou te perturbando, então, acho que é um bom motivo que a gente não está se encontrando tanto. Mas eu tenho que ir lá em Mairiporã. A gente está fazendo uma série de coisas legais lá, manda um abraço também para o Aladim. E, de fato, a gente tem tentado melhorar muito o FeHidro, dada a potencialidade. Desde 2023, a gente está chegando em um bi de investimento, investimentos diversos, desde saneamento básico, drenagem, meio ambiente, educação ambiental, que a gente está tentando melhorar também nossos planos de trabalho e tentando auxiliar as prefeituras, porque a gente tem realidades muito distintas nos comitês. Tem alguns comitês que são mais preparados, outros um pouco menos, então, a gente quer capacitar todos e sempre avançar, porque é um fundo que tem uma potencialidade muito grande, a gente acredita muito, muito nele. E até na última reunião, não sei se foi a última ou penúltima do CRH, a gente aprovou a volta do prêmio para os melhores projetos do FEHIDRO também, até para estimular um pouco na linha do município Verde Azul, para a gente trazer melhores práticas, enfim, para também fazer essa competição saudável, digamos. E, na sua linha, deixar nossos parabéns aqui também para o GFI, nossa fiscalização, policiamento ambiental, PGE também. A gente fica muito feliz do trabalho de vocês. Sabemos que temos que avançar sempre, mas a gente tem que destacar os resultados quando eles são positivos, que é o caso. Obrigada, Victorino. No Leduc, da mesma forma, acredito muito em atuação integrada, então a gente só alcança esses resultados dada a governança mesmo, não tenho dúvida. E governança, às vezes, parece um nome difícil de se explicar, mas para mim é isso, é um significado concreto do que a gente vem se organizando ao longo do tempo. E que a gente, de novo, tem muito a avançar ainda, não

tenho dúvida, mas a gente já vê, na prática, tudo que a gente tem envidado muito de esforços e numa atuação muito conjunta. Com a sociedade civil também, todos os órgãos governamentais, e aí uma governança multinível, que a gente fala. Então são vários, multinível, multifontes, que a gente fala. Então, é muito importante, obrigada. O Crepaldi também falou aqui da programação da ABES, a gente sempre fica feliz em participar. Vou tentar ir no dia de seu aniversário, viu, Crepaldi, para cobrar o bolo de você. A Cris. Cris, foi muito bom você ter trazido esse assunto, viu? Eu já falei aqui com o Cristiano, a gente marca com vocês, porque, para nós, é muito bom levar informação para os sindicatos, enfim, para quem vocês acharem que é necessário participar dessa reunião, A gente já, logo depois aqui do CONSEMA, vou pedir para o Cristiano marcar, né, Cristiano? Esse programa, esse projeto, gente, só para vocês saberem, a gente está fazendo o Censo Rural aqui no estado de São Paulo, algo que é muito importante, porque se a gente for olhar os dados, principalmente de saneamento rural no Brasil, eles são defasados. Então, quando a gente estava preparando o contrato da URAI, olhando 371 municípios, a gente olhou, tinha muitos dados ali de 2010, da época também da pandemia, um pouco antes, na verdade, e a gente já colocou uma obrigação para se atualizar esses números, exatamente para a gente ver onde precisa levar saneamento, enfim, de uma forma a contemplar todo mundo. A universalização é isso. E aí a gente começou a fazer esse Censo no ano passado, a ideia é que se acabe até o final do ano, para, de fato, a gente levar as tecnologias que forem as devidas, não necessariamente a rede, mas pode ser sistema multifamiliar, isolado, enfim, coletivo. A gente está analisando caso a caso e, para isso, a gente precisa conversar com as famílias. Não é obrigatório, desde que tenha um tratamento que seja adequado ambientalmente falando. Então, não é obrigatório você ser prestado, por exemplo, pela Sabesp, enfim. Mas a gente está levando essa possibilidade e conversando no sentido que a gente precisa tratar bem os nossos resíduos, dado o impacto no meio ambiente. E aí, Cris, para a gente é ótimo compartilhar, dar informação de qualidade, porque muitas vezes a gente vê que o pessoal fica um pouco receoso também. Até na chegada de ter alguma cobrança excessiva, alguma coisa assim, sabe, nessa linha, e a intenção não é essa, a intenção é oferecer um serviço de qualidade, olhando a qualidade de vida tanto do produtor rural quanto do meio ambiente. E a necessidade de fazer universalização que envolve a área rural e que em muitos lugares do Brasil e do mundo não fazem, e a gente precisa levar saneamento para a área rural. Então, a gente fica muito feliz de fazer essa apresentação, vou pedir para o Cristiano combinar com você. A Fernanda falou aqui da questão da Zona Costeira e, de fato, a gente tem muito a avançar, não tenho dúvida. Aqui a celebração é porque a gente tem um índice reduzido muito bom, se a gente for olhar, o menor dos últimos anos, e entre os estados do sudeste, o menor, então, a gente precisa destacar isso, sabendo que a gente tem desafios, não tenho dúvida. E aí é com essa governança integrada que a gente consegue superar esses desafios também. Na Zona Costeira, não só em relação a isso, por isso que, inclusive, a gente está pensando em toda a Zona Costeira, colocamos um eixo no PEARC só para falar disso, estamos discutindo aqui internamente, também junto com a Fundação Florestal, enfim, todos os nossos órgãos para a gente fazer plano específico para a Zona Costeira, o que, claro, inclui a questão da fiscalização, monitoramento, áreas que a gente sabe que tem que olhar, que tem que conversar, que tem um quesito social muito forte, social e ambiental. Então, a gente já vem conversando também com o ICC, fizemos o projeto de restauração junto com a Fundação Florestal, na época do desastre lá em São Sebastião, a Fundação Florestal com o processo de hidrossemeadura, e o ICC, ali por meio do termo com a CETESB, nas áreas mais íngremes, enfim, com uma tecnologia também inovadora e que tem ganhado muitos prêmios. Fernanda, é bom a gente falar isso também para destacar a tecnologia paulista que

a gente tem avançado também para monitoramento e fiscalização. Então, isso também é fruto, toda essa diminuição de índice também é fruto de investimento. Investimento em tecnologia, em pessoas, em instituição. Então, vamos em frente, que a gente tem muita coisa a fazer, ressaltando que estamos fazendo, estamos no caminho certo. A Lara falou aqui da formação de professores, só ressaltar a importância. É muito importante isso, muito importante. E aí, a gente sempre convida e quer expandir isso cada vez mais. Parabéns, eu fico muito feliz da gente investir em educação ambiental, sem ela não temos nada. E aí agradecer também muito, Amanda, no seu nome, toda a equipe da PGE, viu? Vocês têm feito um trabalho incrível, não só em relação a esse assunto, mas em todos. O acordo do SP Mais Verde, junto com a nossa equipe, tem dado muito certo, a gente quer fazer cada vez mais versões e melhorar sempre que possível, né, André? A gente sempre tem olhado o que das normas a gente consegue melhorar, alteramos a nossa resolução para melhorar também a questão das conciliações. Aproveitamos, inclusive, e colocamos penalidades mais gravosas para os crimes de maus-tratos em relação à fauna doméstica. Importante, não está aqui nos informes, mas é importante destacar. Vocês devem ter visto que saiu bastante na mídia ontem. E o que vocês fazem também, e aí em conjunto com a nossa educação ambiental, do Procurando Saber, para não falar errado, do Procurando Saber é muito bonito. Já ganhou um prêmio e espero que ganhe mais. E a gente tem feito lá na região do Guarapiranga que é muito necessário, muito. Que aí é outro ponto, a Fernanda falou da Zona Costeira, o outro ponto que a gente tem tido uma atenção muito grande são com os mananciais. Guarapiranga tem capacidade de abastecer 5,5 milhões de pessoas. A gente hoje tem uma outorga de 16 metros cúbicos por segundo, então, cada vez que a gente melhora a qualidade ambiental do Guarapiranga, isso envolve educação ambiental, isso envolve a gente mostrar a importância que é preservar, ocupar de uma forma regular, olhar o que é possível fazer ali junto da comunidade, territorialmente falando, é também segurança hídrica para a região metropolitana como um todo. Então, é essencial o que vocês estão fazendo, parabéns mesmo. E aí, na próxima reunião, não vou dar spoiler, porque a minha advogada não deixou falar do acordo de fauna. Então, é algo que eu acho que a gente tem que destacar muito, depois a gente traz com mais detalhes, né, Amanda? Mas é muito bom para o Estado de São Paulo, não tenho dúvida. Agradecer também toda a nossa equipe, o pessoal do Ministério Público e vocês, Amanda. Obrigada mesmo pelo trabalho da PGE. E, bom, acho que é isso. O Rodrigo deu alguns informes aqui. Agradecer também a nossa Fundação Florestal. Dia 13 estaremos juntos, certo? Sábado. Combinado. Para a gente ver lá o início das intervenções que a gente vai fazer lá no Melão. Estarei lá, combinado? É isso, obrigada, Naiana. Se eu tiver esquecido de algum ponto aqui, Cristiano, se quiser me complementar. Mas acho que é isso, né?

**00:50:37 Naiana Lanza:** Obrigada, secretária. Então, agora seguimos para a nossa Ordem do Dia. Nós temos três Planos de Manejo para serem apreciados pelo plenário. Só contextualizar que esses Planos de Manejo, na CTBio, foram tratados de forma conjunta. Enfim, isso o Nalon vai contextualizar melhor. Então, a proposta aqui é que esses três pontos sejam tratados já de forma única, uma única apresentação sobre essas três UCs, então a gente vai tratar tudo de uma forma só. Então eu convido o senhor Domingos, que vai fazer um pouco a apresentação sobre essas APAs, que eu não falei quais são, então deixou aqui falar: que são as APAs Cajati, Planalto do Turvo, Rio Pardinho e Rio Vermelho. Por favor, Domingos, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA.

**00:51:36 Domingos Oliveira (Gestor das APAs):** Bom dia a todos e a todas. Bom dia, secretária. Eu sou Domingos Oliveira, estou na gestão da APA Cajati, APA Planalto do Turvo e APA Rio Pardinho e Rio Vermelho. São três APAs de terra públicas. Essas três APAs, elas eram, até 2008, território do antigo Parque Estadual do Jacupiranga, ou seja, elas deixaram de ser de proteção integral para passar para uso sustentável há 18 anos atrás. Quero agradecer a essa casa pela oportunidade de estar realizando essa conquista, que é não só da gestão e da Fundação Florestal, como dos moradores que lá estão. Dizer que essas três apas estão localizadas no centro do mosaico do Jacupiranga ou seja, o mosaico são 14 Unidades de Conservação, e essas três APAs fazem parte desse mosaico e elas estão no eixo da BR-116, essas três APAs são cortada pela pista sul, pista norte da rodovia Régis Bittencourt, uma das rodovias mais importantes do país. E agradecer a instituição e todos aqueles que participaram do trabalho da construção desse Plano de Manejo. Foram várias reuniões, várias discussões, algumas acaloradas no trecho. Muito importante esse Plano de Manejo que vai trazer qualidade de vida, já trouxe nessa mudança da categoria, já trouxe resultado para os moradores que lá estão. E agradecer a todos. E vamos ver o vídeo da área. Muito obrigado.

**00:53:52 a 00:57:31 Exibição de vídeo**

**00:57:32 Naiana Lanza:** Muito obrigada pelas imagens, pelo vídeo. Então, agora eu convido o relator na Comissão Temática de Biodiversidades e Áreas Protegidas, o Marco Aurélio Nalon, para fazer a apresentação sobre as unidades e como foi o debate na CTBio. Nalon, seja bem-vindo ao Plenário do CONSEMA.

**00:57:56 Marco Nalon (IPA):** Obrigado, Nayana. Bom dia, secretária, conselheiros, conselheiras. Vamos lá. Nada melhor do que no dia da Mata Atlântica a gente entrar com três em um, três APAS. E são três em um mesmo, porque são três APAS que estão inseridas, é uma situação bem peculiar para a gente, porque são três APAS de áreas públicas, isso já é peculiar, inseridas dentro de uma Unidade de Conservação de proteção integral, que é o Parque Estadual do Rio Turvo, o qual, na reunião anterior do CONSEMA, teve seu Plano de Manejo aprovado. Naquele dia, eu lembro que eu dei o spoiler, na próxima a gente vai voltar com as três APAs que estão inseridas. Elas foram tratadas realmente no âmbito da CTBio como um plano único, no sentido que o texto, as regras, as normas, são as mesmas, o que muda praticamente são as APAs, mas elas têm características muito próximas, até pela questão geográfica. E eu vou passar aqui para vocês rapidamente um pouco sobre o que está na relatoria e como foram as discussões também no âmbito da CTBio, os consensos e também pontos de dissenso que a gente traz aqui para o conselho, para a discussão. Bom, vamos lá. Aqui, sempre é um destaque que a gente gosta de trazer, porque o envolvimento de toda a equipe, do Comitê de Plano de Manejo, das oficinas, da Fundação Florestal, dos colegas que estão todos envolvidos do Sistema Ambiental aqui, é sempre muito grande, dedicado, e a qualidade também, acho que tem que sempre ser destacada, principalmente quando a gente vê que esse processo todo começa lá em 2019, e a gente está em 2026, então, dá uma ideia do trabalho extenso e da paciência também de se ter um trabalho feito com calma, com tranquilidade, para ter um envolvimento local também, principalmente. Bom, as três APAs, já dá para ver aqui o verde grandão é o Parque do Turvo, do Rio do Turvo, e as três APAs estão ali. Ao norte, Cajati, bem no meio, dividido em duas glebas, Rio Vermelho e o Pardinho, e aqui mais abaixo, Planalto do Turvo, todas cortadas pela BR, como mostradas as imagens, são fragmentos que são praticamente, a vegetação nativa que está dentro

dessas APAs, a biodiversidade como um todo, praticamente ela é contínua do parque, com alguns recortes onde tem ocupação humana. Se a gente olhar rapidamente, uma por uma, a Cajati, 2.900 hectares, e o objetivo principal delas, isso vai repetir para todas, proteger a diversidade biológica e disciplinar principalmente o processo de ocupação, assegurando a sustentabilidade da área. Quer dizer, é manter a biodiversidade, até porque ela está encravada dentro de uma Unidade de Proteção Integral. O vizinho é o contrário, não é uma unidade de proteção no meio de uma APA, é uma APA no meio de uma proteção, isso é muito interessante. Então, o que vocês veem de vegetação natural dentro desses corredores, praticamente são ligações do próprio parque. Informações aqui gerais dela. Do Planalto do Turvo, também, 2.700 hectares, tem até uma praça de pedágio dentro da área. E aqui você já vê o contraste, uma praça e toda uma drenagem riquíssima, as áreas úmidas. Também a do Pardinho e o Rio Vermelho, idem, já com ocupação. Algumas fotos ilustrando roças e ocupação de pequenos proprietários, 3.200 hectares. E como é que foi o andamento desse Plano de Manejo? Como eu falei, desde 2019 até chegar aqui em 2025, para ter a manifestação do Conselho Consultivo das Unidades. Então, é um processo bem longo, mesmo tendo a pandemia no meio, é sempre exaustivo. Sempre procurando o quê? Ter o máximo de participação possível. Então, às vezes, as datas são marcadas um pouco mais extensas, para ter devolutivas e procurar o envolvimento de todos que estão dentro dessas unidades. O Zoneamento segue os critérios de hidrografia, principalmente ali, rios e nascentes que vertem na APA e vão para o Pert. É uma área, dentro dessas APAs, a gente tem muitas nascentes de rios que vão para dentro do parque. Estão na área normalmente mais alta. Até pelo eixo da rodovia, quando você constrói uma rodovia, você quer pegar o espigão para não ficar na parte baixa. Tem questões de logística, tem o uso do solo, pouca concentração de mata homogeneizada, a suscetibilidade ambiental das APAs também foi considerada, a vegetação que está dentro dela, predomina a floresta ombrófila densa em estágio médio de conservação, e também o efeito de borda do que é desenvolvido dentro da APA pela população que está lá dentro, no parque que é imediatamente vizinho dele. Praticamente, a APA se resume a duas zonas: uma zona de bordadura, que é a vizinhança contínua do parque, uma zona de proteção dos atributos, e essa zona aqui, mais cor, em rosa, classificada como uma área de zona de uso sustentável, onde vão estar a maior parte das atividades da população que lá vive. Áreas de interesse de recuperação, marcadas aqui em roxo, e também áreas de interesse histórico-cultural. A mesma coisa aqui para a APA do Planalto do Turvo, seguindo a mesma lógica. Área de conservação aqui, tem um destaque nessa área. E a mesma lógica seguindo a APA Rio Pardinho e o Rio Vermelho. Essa daqui, pela própria, o desenho dela mais longinquo, mais afilado, praticamente a área de uso sustentável se restringe onde tem a população mais concentrada. Aqui já estão nossos vizinhos do Paraná, aqui para baixo. Pelo que vocês falaram, tem bastante paranaense também participando. Os programas de gestão seguem o padrão dos Planos de Manejo, do guia de Planos de Manejo, são 12 planos de recuperação, 3 de interação socioambiental, fiscalização, pesquisa e monitoramento e desenvolvimento sustentável. Todos esses documentos constam no Plano de Manejo que os senhores receberam. Participação social, esse é um ponto que eu queria dar um destaque. A participação em todas as oficinas está aqui destacada, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associação de Agricultores Familiares de Cajati, e aqui a lista de população tradicional de todos os bairros que estão inseridos em todas as APAS, também é importante destacar, além das instituições governamentais. O que a gente deu um destaque aqui é que os que estão aqui em cor preta, os nomes, participaram das oficinas e são componentes do Conselho Consultivo. Então, se comparar o Conselho Consultivo com a participação social, todos os atores do Conselho Consultivo participaram

também ativamente de todas as oficinas. Em azul, o destaque para aqueles que não são conselheiros, mas são atores locais importantes, como a Iniciativa Verde, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, a Associação Terra Mágica e moradores do bairro Vila Tatu, além de alguns órgãos também, como a SP Águas, Defesa Civil, Secretaria de Cultura de Cajati, envolvimento também dos municípios que estão envolvidos. A manifestação final do Conselho se deu aqui em 5 de novembro de 25, para Cajati e APA Planalto Rio Turvo, Rio Pardinho Vermelho, em 6 de novembro. E a manifestação desse conselho foi favorável à aprovação do Plano de Manejo como foi apresentado. E esse Plano, que foi apreciado depois na CTBio. Dentro da CTBio, os três planos foram tratados conjuntamente. Numa primeira reunião, uma apresentação geral pelo gestor da Unidade, sem nenhum aprofundamento, mas sim a primeira apresentação, o contato, esclarecimento de algumas dúvidas. Numa segunda reunião, praticamente na sequência, foi feita a apreciação de destaques e discussões com os conselheiros, e os pontos principais que foram levantados foram na alteração de redação, principalmente, de alguns pontos da Minuta de Decreto, mas no sentido do artigo 6º. O artigo 6º, na verdade, ele vai se repetir muito aqui, é o artigo que fala sobre as regras e normas, as normas para a Área de Uso Sustentável. Então, tudo que está referido aqui, os destaques, são dentro das normas da área de Uso Sustentável. Mais uma complementação sobre atividades agrícolas, dando destaque e atualização à legislação para a parte de animal e vegetal. Foi trazido pelos colegas da SAA um adendo para também dar um destaque de realizar cadastro dos usos que vão ser feitos dentro dessas áreas, junto com a defesa agropecuária, com a anuência do órgão gestor, reforçando mais uma exigência a ser feita para se ter um bom controle do que vai ser feito. Uma inclusão de normas, essa inclusão de normas para implantar aceiros e remanescentes, depois nós vamos apresentar aqui com mais detalhe. Ela já constava no plano, foi feito, na verdade, mais um adendo para seguir parâmetros definidos por órgãos competentes. Na correria de mandar, a gente vai juntar isso em uma única. Ali aparecem dois incisos, a gente vai juntar em um só, vai ser apresentado aqui para os senhores. E também uma observação aqui nessa correção desse artigo, estava com uma citação errada aqui dos incisivos, sobre espécies exóticas com potencial de invasão não contemplado nesses incisivos, que é uma lista de espécies que é apresentada, onde se propõe a proibição dessas espécies de serem manejadas dentro das Áreas de Uso Sustentável. E também uma complementação nesta alínea, também referente à questão de aceiros. Mas é um outro elemento diferente desses daqui, para quem for fazer algum empreendimento futuro, só para o que tem agora. às vezes repete o mesmo assunto, mas em instâncias diferentes, no que está agora estabelecido e no que pode vir a ser, se repete mais nesse sentido. Na reunião seguinte, após essa discussão, foi apresentada a relatoria para os conselheiros e tivemos dois pontos de dissenso. O que eu apresentei anteriormente foi um ponto consensuado por todos, os ajustes, mas o dissenso foi em relação à pulverização aérea e já um registro feito por escrito pela FAESP, onde a Fiesp segue, e também a Secretaria da Agricultura. Nós vamos mostrar aqui a manifestação, onde no inciso 21 do plano é proposto, como a gente tem seguido, a proibição de pulverização aérea com asa fixa, dentro dessas APAS, por dois motivos: primeiro, por serem em área pública e estarem totalmente inseridas dentro da Unidade de Conservação. Mas eu vou apresentar com mais detalhe o porquê que se chegou a essa definição, e também um dissenso, especificamente da Secretaria de Agricultura, pela representante, quanto à indicação de uma espécie, que é o bagre africano, na lista de espécies proibidas com potencial de invasão biológica, espécie exótica com potencial de invasão biológica, e nós vamos apresentar o detalhamento do porquê que essa espécie específica foi colocada como dissenso. Vamos mostrar o que tem dentro dessas APAs, um pouco aqui para ilustrar aqueles dois pontos, principalmente a

questão da pulverização. A APA Cajati, ela tem um uso que está aqui definido, a gente destaca aqui que 57% é mata, essa área em verde, e essa mata aqui, se olhar pela imagem, não é um fragmento isolado, ela é contínua, a mata que está do lado, que é a própria, os fragmentos, a vegetação do próprio parque. A cultura permanente aqui, que está em vermelho, são 225 hectares, é bananicultura. Então é o ponto que tem sempre, como foi no PERT, levanta sempre uma discussão na questão da pulverização. Agora, essa banana que está aqui dentro, ela, historicamente, pelos relatos, nunca sofreu pulverização aérea, até porque está dentro da Unidade de Conservação, essa APA, dificilmente uma aeronave vai conseguir controlar, e são áreas bem dispersas e pequenas. Então, ela ocupa 7,59%. Tem área edificada, que são a população residente, algumas áreas de reflorestamento, e também uma área bem expressiva de pastagem, que provavelmente são áreas que são indicadas também no plano para serem áreas restauradas. Aqui a gente dá um destaque para a bananicultura, só para ver como é que ela está tirando o resto, como é que ela está colocada dentro da unidade. E também um retrato para mostrar, com os dados do CAR, o tamanho das propriedades que predominam pequenas propriedades e algumas médias aqui dentro da Unidade. O que a gente fez? Aplicamos também a mesma regra que foi definida para as APAS que já é um consenso em APAS, a gente pega os fragmentos significativos quando a gente pensa em uma grande APA privada, nos fragmentos mais importantes aplica-se a regra de 250 metros no entorno desse fragmento proibindo a pulverização aérea de asa fixa podendo ser feita por outras metodologias. Quando a gente aplica isso dentro das três APAs,, vocês vão ver que se repete, e aplica 250 metros na vegetação nativa que está ali dentro, e aí a gente aplica em toda, porque o fragmento significativo é todo o que está aqui dentro, porque ele é contínuo ao parque, não tem um fragmento isolado que é significativo. Os 250 metros acabam cobrindo toda a área, então, por isso, se optou em já trazer uma regra onde praticamente se proíbe a pulverização aérea dentro dessas três APAs em particular, por ter essa característica de área pública e também por até uma abrangência. Uma situação semelhante a essa acabou acontecendo, que eu me lembro lá na época do Tanquã, quando a gente aplicou a régua, uma régua também, porque dá um corte, a regra também apegava toda a área daquela APA. Então, essa é a situação. Se optar, falar, não, vamos colocar a regra dos 250 metros, o resultado vai ser esse. Se falar, não, não vamos nem tocar no assunto, simplesmente proíbe-se a asa fixa, mas fica permitido, como consta em todos os planos, o uso de tecnologias como o drone e outras que não sejam tão agressivas. A mesma coisa foi feita aqui para a APA do Planalto do Turvo. A predominância sempre é mais da metade, 62% mata. Aqui ela tem uma influência pequena da rodovia, mas aqui embaixo, ela está bem inserida no meio do parque. O outro uso predominante, pastagem, e também nessa área aqui em específico não tem nada de banana, nem afeta-se. A gente tem uma área aqui, que é uma pequena roça, cultura temporária, foi detectada no mapeamento, dentro de uma transição que é uma pequena propriedade, mas também se aplicar a regra dos 250 metros na vegetação significativa, ela fica toda coberta por essa regra. E o mesmo acaba se repetindo aqui na APA Rio Pardinho e Rio Vermelho, 46% é vegetação nativa, ela tem um alto índice de pastagem, então muita área a ser restaurada, boa parte dela. E praticamente tem aqui, vocês vão ver, nós vamos dar um zoom aqui, dois pontinhos aqui que tem banana e cultura, que não dá nem 1% da área. E quando a gente aplica também a regra que está consensuada dos 250 metros, ela acaba cobrindo a área inteira. Então nesse ponto nós acreditamos que a questão da pulverização, ou por uma proibição direta de asa fixa, ou aplicação da regra que já está consensuada para APAS, ela tem o mesmo resultado. Aqui a gente tem a manifestação da FAESP, que eu já mencionei, onde eles indicam esses pontos. Qual é a manifestação da FAESP, secretária, da Fiesp e da Secretaria da Agricultura? Nessa

questão de pulverização, eles solicitam a seguir a norma do MMA, as instruções normativas, onde o consenso que se tem é dos 250 metros, que já foi discutido bastante na reunião anterior. A senhora perdeu a anterior, mas foi bem interessante, foi muito boa a conversa. Mas houve um entendimento aqui do conselho em se manter, no caso das Unidades de Proteção Integral, uma faixa maior de segurança de 500 metros. até pela importância da unidade que a gente estava falando, e o impacto que tinha no PERT em particular, a gente viu que o impacto na Zona de Amortecimento era muito pequeno. Eram 5 hectares, 6 hectares de banana na Zona de Amortecimento. Então o impacto era realmente muito pequeno, algo que pode ser sanado por outros caminhos, para dar um suporte para essa bananicultura por outros meios. E a mesma coisa se repete, numa mesma intensidade, dentro das APAs públicas que estão ali dentro. Então, nós vamos voltar à questão também das espécies exóticas daqui a algum momento, vamos dar uma revisada nas normas, mas a manifestação da CTBio é que os planos seguiram as diretrizes metodológicas, foram observados os dispositivos legais, foram cumpridos os ritos dos participantes de consulta pública, como foi apresentado. Nós analisamos o conteúdo, então nós temos uma deliberação favorável a esse encaminhamento, essa reunião que está hoje. E os dois pontos de dissenso são realmente em relação à faixa de 250 metros, que se a gente aplicar a faixa que é consensuada, o resultado não é diferente do que está sendo proposto na questão de asa fixa, e a proibição específica da espécie do bagre africano, como está indicado no plano. Tem uma lista de espécies que são indicadas, que tem um alto potencial de invasão biológica dentro do parque. E o bagre africano, em específico, ele é mais preocupante porque muitas das nascentes, os rios que vertem para dentro da unidade, estão dentro dessas APAs, então, o risco de se ter uma disseminação não controlada do bagre africano, principalmente, nessas áreas, se houver, ela vai ser da nascente para dentro da unidade, não ao contrário, então, potencializa o risco. Esse é o que a gente tinha para apresentar para os senhores. Agora eu deixo aberto aqui para as manifestações, destaques dos senhores.

**01:22:24 Naiana Lanza:** Rodrigo, tem alguma complementação pela Fundação? Por favor, Rodrigo.

**01:22:26 Rodrigo Levkovicz:** Acho que algumas coisas até, para não parecer que a gente não está seguindo algumas normativas. A casa já tinha um posicionamento definido de proteção integral de 500 metros, lá de trás, Parque Estadual Vassununga, acho que em 2018, e a gente avançou nisso quando a gente se deparou com a regulamentação para as APAS. Para as APAS, a regulamentação que tem não traz a biodiversidade em foco, ela fala animais, e animais sempre pensando em gado, porco. Mas a gente fez o seguinte raciocínio na época: bom, se eu estou protegendo animais de criação, com mais razão ou igual, eu também tenho que proteger a biodiversidade. Aí qual foi o salto que a gente deu de interpretação? Onde estão os animais na floresta? Nos fragmentos mais relevantes. Então, para as APAS, a gente consensou no CONSEMA que a gente utilizaria a regra dos 250 metros dentro dos fragmentos florestais mais relevantes que são discriminados no Plano de Manejo e, eventualmente, podem ser aprimorados lá na frente, mas a gente já traz esse recorte, aí a gente combinou isso. No caso, e essa é a lógica que a gente vai seguir sempre, o caso de hoje, qual que é a especificidade? Geralmente, você vê no Brasil e no estado de São Paulo, você tem Unidades de Proteção Integral e você tem APAS ao redor, essa é a dinâmica. Aqui a gente tem o contrário, a gente tem uma Unidade de Conservação e APAS dentro da Unidade de Conservação de Proteção Integral. Então, a gente pensou, olha, não é que a gente está mudando o regramento que a gente já combinou nas APAS, nem na proteção

integral com divergência. E aí cabe dizer que a divergência foi técnica, porque o IPA sustentou os 500 metros com base no Biota Síntese e nos estudos que fizeram em relação aos polinizadores, e a gente teve essa discussão, e a Secretaria, acho que a FAESP, Secretaria da Agricultura, e aí vocês podem contraditar, gente, trouxeram estudos, mas que depois também a gente fez uma análise das fontes bibliográficas utilizadas nesses estudos, e o valor que foi trazido como certo, ele era um range maior. Então, os pesquisadores que alicerçaram aqueles estudos não falavam 250 metros, falavam, ah, pode ser de 50 mil metros, tinha ranges que não eram tão precisos, então, não há uma definição específica no estudo que foi apresentado, do outro lado, em relação aos 250 metros, porque o range variava. Beleza, nesse caso aqui, a gente tem duas situações também específicas: se a gente aplicar a regra do Parque Estadual Rio do Turvo, que já foi aplicada, que já foi trazida, ela já abrange também o território das próprias APAS, assim como se a gente aplicar a regra das APAS, no geral, nesses locais, você vai ter também a totalidade. E aí tem dois outros fatores que eu acho que são importantes. Olhando as próprias regras de aplicação de distância, porque os 250 metros é para animais. Se você tem nascentes, se você tem ocupação humana, isso vai para 500. Acho que é isso, né? Ocupação humana vai para 500. E aí, quando você olha a ocupação das APAS, você vê que o 500 vai estar muito presente em vários lugares, e mais um adendo, o relevo aqui é muito montanhoso. Então, não há uma prática de pulverização aérea no território, não acontece isso. Não é uma atividade que acontece e a gente está inviabilizando, então, eu acho que esse é um ponto. Então, na prática, eu acho que a gente tem uma discussão importante de pulverização aérea, mas, na prática, para o regramento da Unidade de Conservação, não vai fazer diferença. E aí eu acho que vale a pena chamar a atenção que os conselhos também são formados por sindicatos rurais, pela CAT, por órgãos representantes da produção, e não foi um problema no território isso, tanto é que o regramento saiu dessa maneira. Então, isso é em relação a pulverização aérea. E da questão da invasão biológica, que eu vou aproveitar para até posicionar, porque não estava todo mundo aqui, o ponto é o seguinte, eu acho o seguinte, a invasão biológica é a maior causa de perda de biodiversidade do planeta, isso está estipulado nos marcos internacionais, na Convenção de Diversidade Biológica, no Marco de — (01:27:01 ininteligível) em Montreal, em vários estudos, hoje está sendo realizada uma reunião do Conabio, em Brasília, para discutir quais são as espécies invasoras no Brasil, então a gente tem muito problema. E aí o ponto que eu queria trazer é que as espécies invasoras não fazem mal só para a natureza, elas estão prejudicando o próprio agro, haja vista o mexilhão, o javaporco, as ostras exóticas que a gente está pegando em Cananéia, que têm afetado a produção dos pequenos maricultores e dos grandes também. Então, o problema da bioinvasão é um problema que a gente tem que olhar com bastante seriedade. As listas, e esse é um ponto importante, as listas estão defasadas no Brasil. A gente tem uma deliberação do CONSEMA de 2011, quer dizer, o peixe-leão está vindo agora, a ostra exótica que a gente pegou é agora, o manguezal que está vindo da Indonésia a gente viu em 2022. Então, as listas estão defasadas e é um problema de embate científico, embate, acho que de falta de agilidade, e não é só do Brasil, não é só do estado de São Paulo, mas do mundo, de olhar isso, então, as listas estão defasadas. E a bioinvasão está acontecendo, e os impactos estão acontecendo. Mas a gente sabe os organismos que têm potencial de bioinvasão. Não é dúvida que, por exemplo, o bagre africano tem potencial de bioinvasão, não é dúvida que o pinus de eucalipto tem potencial de bioinvasão, mas esse já é mais antigo. Não é dúvida que a ostra, que a gente está identificando em Cananéia, é bioinvasora. Não é dúvida que o manguezal que a gente detectou em Cubatão é bioinvasor, então não há dúvida científica na bioinvasão em si, o que a gente trouxe aqui a mais é que a gente usa as listas referenciais, mas coloca uma que a

gente já sabe que tem problema, que é o bagre africano, que não é cultivado no interior das APAs, então, é bom que se diga isso também, ele não existe no interior, então a gente breca aqui por dois motivos: um, porque ele tem potencial de invasão, ele é super agressivo. Esse bagre, ele... Eu não vou dizer que ele anda, mas ele rasteja no seco e procura novas poças, ele é muito *highlander*, vamos dizer assim. Não, o bicho é maluco o que ele faz. Quando chove mais, ele vai de uma poça em outra para chegar em outro rio. E aí o detalhe principal aqui é que os rios das APAs nascem e correm para o parque, para a proteção integral. Então basta uma pessoa criar um tanquezinho de bagreiro africano para a gente ter um problema para sempre e não vai controlar depois. E aí os protocolos internacionais e nacionais relacionados à bioinvasão, todos falam a mesma coisa. O primeiro ponto, prevenção. O segundo ponto, detecção precoce. O terceiro ponto, resposta rápida. O quarto ponto, tentar conviver. E aí aturar as perdas, tanto econômicas como de biodiversidade e como sociais. Então, aqui a gente está tendo um, não vou dizer nem precaução, porque às vezes eu acho que é mal utilizada, mas eu vou dizer prevenção mesmo, porque a gente sabe que esse bagre tem potencial de bioinvasão. Então, se ele fugir... E aí, outro ponto, a gente sempre fala, não, mas vamos criar protocolos de segurança. Não dá certo, essa é a verdade. Eu não conheço um caso de um organismo com bioinvasão no mundo que foi contido, todos acabaram fugindo. Então, tem o javaporco, tem as abelhas, tem a tilápia, que agora já está mais ambientada, a gente nem está discutindo isso, mas foi um caso clássico. Então, a nossa postura é mais cautelosa, considerando que a gente sabe que o histórico é de perda de controle, que não tem problema econômico nesse local que a gente está falando, porque ninguém cultiva bagre africano, e porque, se houver algum tipo de prejuízo ou de escape, ele vai afetar uma unidade que é super preservada, e, assim, pode causar problemas ambientais e econômicos. E aqui é uma oportunidade de a gente começar uma discussão mais profunda, e não é uma discussão nacional nem estadual, mas é uma discussão olhando para um território restrito de Unidade de Conservação, que, no final das contas, representa, de proteção integral no Estado de São Paulo, 4% do nosso território. Então, proteção integral a gente tem 4%. Todos os outros 96% do restante do território, a discussão é importante também porque ela afeta tanto o aspecto ambiental como social e econômico. Era um pouco isso. Obrigado.

**01:31:53 Naiana Lanza:** Obrigada, Rodrigo. Na sequência, então, eu vou fazer a inscrição para as pessoas que quiserem se manifestar. Sugiro começar com a Cris Murgel, que apresentou o documento contrário, mas vamos já fazer as inscrições de todo mundo. Aqui no plenário temos o Ricardo Rosário, o Leduc, o Victorino. Então, só recapitulando: Cris Murgel, o Ricardo Rosário, o Leduc e o Victorino. Bom, são esses inscritos, online, só a Cris Murgel mesmo. Então, Cris, por favor, pode começar.

**01:32:37 Cristina Murgel (FAESP):** Obrigada, Naiana. Bom, eu acho que eu tenho a obrigação aqui de fazer o registro da posição da FAESP e até esclarecer alguns pontos para que não haja dúvidas em relação aos comentários, com todo respeito, feitos pelo Rodrigo. Primeiramente, nós, em relação à pulverização, como já falamos em outras plenárias, não somos contra um buffer, mas temos olhado essa questão com muita cautela e temos se amparado na legislação federal, até porque ao Estado de São Paulo cabe a fiscalização e a própria Secretaria da Agricultura coloca a complexidade de se estabelecer essas faixas. Os estudos que apresentamos não foi para determinar uma faixa, mas foi do único laboratório do Brasil que trabalha com deriva. E a intenção do estudo que apresentamos foi no sentido de demonstrar as inúmeras variáveis que se tem quando se quer se estabelecer uma faixa de

segurança. Distância não é segurança, então podemos estar adotando os 500 metros e isso não significa uma segurança. O estudo da UNB é muito claro nesse sentido, esse laboratório tem continuado seus estudos no Brasil inteiro buscando parâmetros para que a gente possa avaliar, inclusive, até a possibilidade de maiores restrições nas normas federais ou não, mas foi nesse sentido. Então, gostaria de deixar isso muito claro. O segundo ponto, como eu falei, nós admitimos um buffer dentro de um critério de razoabilidade. Nós estamos olhando unidades sempre individualizadas, mas nós precisamos olhar o conjunto do território. Não sei o somatório dessas faixas que estamos aprovando aqui no CONSEMA, o que vão significar no Vale do Ribeira. O Vale do Ribeira, hoje, a principal cultura é a banana, e a banana não fica sem a pulverização. E a norma, talvez o Rodrigo tenha esquecido de comentar, o que nós estamos aprovando, inclusive para drones, é mais restritivo que a norma federal, sendo que a cultura da banana passou alguns anos discutindo com o Ministério da Agricultura uma norma específica para drones, uma norma técnica. Então, se essa norma tem, se essa cultura tem essa norma específica, não é razoável que a gente comece a alterar os parâmetros invalidando normas que estão aí, que estão vigorando e que estão sendo respeitadas. A FAESP apresentou, sim, ofícios da Associação dos Bananicultores pedindo, solicitando que se aguardasse um pouco para avançar nas metragens e que se respeitasse as normas federais, isso foi praticamente ignorado pela Fundação Florestal. Então, esse é um ponto. O segundo ponto, quanto à questão da bioinvasão, eu costumo dizer que quando a gente passa dos 60, a vantagem é que se a gente tiver uma memória boa, a gente lembra do que aconteceu. E esse CONSEMA, há uns anos atrás, discutiu exaustivamente a questão de potencial de bioinvasão e estabeleceu um rito para que o Estado de São Paulo subisse para a lista as espécies. Se a lista está defasada, não é por falta de normativa que permite a esse CONSEMA estabelecer e sugerir ao Estado que inclua uma espécie na lista oficial. Esse rito existe, foi aprovado por esse plenário e simplesmente nem estava sendo citado no Plano de Manejo. A questão do bagre foi uma das espécies discutidas por esse plenário, onde não se chegou à conclusão. E, paralelamente a essa discussão, o Estado de São Paulo promulgou um Decreto que ordena a aquicultura no Estado de São Paulo. E esse decreto dá competências ao Instituto de Pesca dizer o que pode ser cultivado em cada bacia. Então, veja, nosso posicionamento aqui não é que somos a favor de uma espécie invasora, sabemos a complexidade, sabemos a preocupação, mas o que cabe às entidades representativas é brigar por regras claras. Não é possível que um Estado ordene toda uma atividade econômica, como ordenou a apicultura, aliás, uma discussão extremamente exaustiva que envolveu a Assembleia Legislativa, CETESB, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, o setor, para que se tivesse um ordenamento da atividade de apicultura. E uma das questões que mais foi discutida foi como vamos regradar as espécies exóticas que são cultivadas, sim. Nós temos a putilápia, nós temos criações de bagre, nós temos criação de outras tantas exóticas e que precisam ser ordenadas. E isso foi feito e foi trazido ao Instituto de Pesca exatamente como autoridade no Estado para dizer das espécies aquáticas. E, paralelamente a isso, nós temos um rito que permite a esse CONSEMA estabelecer e aumentar a lista de espécies exóticas. Se não fizemos até agora, é porque não foi trazido ao CONSEMA a necessidade de atualizar a lista que está aí. Então, o nosso posicionamento, secretária, e eu não vou ser repetitiva, mas é sempre pela regra clara. A questão da pulverização aérea não é simplesmente incentivar o drone. O drone é uma tecnologia nova, mas precisa ser acompanhada. Há uma transição entre uma tecnologia e outra. Nem sempre pequenos produtores, médios produtores, como é o caso do Vale do Ribeira, estão totalmente preparados, estão em condições de fazer essa transição. Embora o Vale do Ribeira tenha uma pulverização aérea menor, como diz o Rodrigo, embora a área específica não tenha uma

expressão muito grande da banana, o que nós observamos é exatamente como isso vai se dar no conjunto, como esses precedentes vão se passando de um plano a outro, de uma região a outra, e o critério vai ficando... O 500 metros poderia ser 480, poderia ser 540, poderia ser um quilômetro, porque o estudo que foi apresentado para chegar nos 500 metros não é um estudo sobre segurança de deriva, não é um estudo que foi exaustivamente dedicado a isso. O que nós temos como referência é a norma federal, por isso é que pedimos o acompanhamento da norma federal. Agora, eu acho que não cabe muito me estender. Nós respeitamos a decisão do plenário, respeitamos a divergência, mas temos por obrigação, como entidades representativas, de nos posicionar quando a gente observa que as questões não estão muito bem resolvidas, que elas estão seguindo um rumo, não que não deveriam, mas que não é o caminho melhor para seguir. Precaução e cautela, existe precaução ambiental, precaução econômica, precaução social, transições de tecnologias não são simples e principalmente quando a gente fala de uma região como o Vale do Ribeiro. Então, eu só queria deixar aqui esse posicionamento e, obviamente, respeitaremos o que for decidido pelo plenário, mas temos a obrigação de colocar o posicionamento como assim entendemos. Tá bom? Obrigada.

**01:42:40 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris. Na sequência, o conselheiro Ricardo Rosário, da Agricultura.

**01:42:53 Ricardo Rosário (Sec. da Agricultura):** Bom dia a todos. Em nome da secretária Natália, cumprimento a todos. Obrigado pela palavra. Acho que a Cris já colocou bastante coisa, então vou tentar ser bem objetivo, secretária, porque a gente já falou, o Nalon falou, positivamente, uma boa discussão na última reunião. Especificamente, a gente tem três instruções normativas do MAPA, a 02/2008, uma portaria 298/2021, que é a dos drones, que na verdade coloca 20 metros, algumas restrições, e uma da SDA, que é a Secretaria de Defesa e Agropecuária, 13/2020, que é relativa à banana, que o entendimento da Secretaria é que a gente deveria seguir as normas do MAPA, objetivamente, é isso, secretária. A gente, infelizmente, não conseguiu ainda se manifestar de uma forma física no papel ou pelo SEI, por algumas questões internas. Espero que agora, com as últimas mudanças, a gente consiga mandar nossa manifestação para o CONSEMA. E o segundo tópico, pensando também nas espécies exóticas, acho que é um problema que a gente tem que enfrentar junto, como a gente fez no javali. E não só exóticas, às vezes tem algumas nativas, algumas citações de zoonose, como a capivara, por exemplo, em zonas urbanas, periurbanas, são assuntos que a gente tem que enfrentar em conjunto, que eu acho que merece uma dedicação maior num corpo a corpo, no bom sentido, para a gente ter as regras claras, como o Rodrigo colocou, quase impossível, mas para a gente tentar fazer o máximo para evitar elas. E, no começo das falas, aproveitar a questão da educação ambiental, acho que falta muito disso, porque pega o peixe-leão, por exemplo, ele é lindinho, fofinho, não sei o quê, não sei o quê lá, e aí é isso que propaga. Então, acho que a gente contar com a educação ambiental nessa parte é, na minha visão, o calcanhar de Aquiles. Então, coloco a Secretaria da Agricultura à inteira disposição no que for necessário, como a senhora colocou, essa multigovernância que a gente tem aqui. Obrigado.

**01:45:06 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, eu chamo o conselheiro Eduardo Leduc.

**01:45:12 Eduardo Leduc:** Bom, eu acredito que a grande preocupação, Cris, acho que com relação à FAESP, é utilizar este caso como um precedente para generalizar a situação. Eu acho muito cabível essa preocupação, mas eu entendo que a forma como está sendo feita aqui pela SEMIL é justamente para evitar isso, porque os casos têm sido realmente pontuais, às vezes alguns são pontuais, mas por que tem dois casos seguidos em duas reuniões? Porque são semelhantes mesmo, não é extrapolando, nós estamos falando de áreas de parques, a Legislação federal é muito... os testes todos de aplicação, o grande desenvolvimento, 90% são feitos, é claro, para áreas agrícolas mais extensivas. É muito raro você ver um avião passando de asa fixa em plantações de banana, em montanha. É muito raro ver isso também em uva, porque a topografia é uma limitação, tem que voar mais alto, mais alto dá mais deriva. Você tem ventos também inconstantes em áreas que você tem montanhas devido à própria topografia. Então eu acredito que aqui a precaução da SEMIL é para preservar o uso correto e dando alternativas. Se você for ver os produtos, quase 100% dos agrotóxicos ou defensivos agrícolas, como eu prefiro chamar, são proibidos a aplicação em corpos hídricos, justamente porque eles têm um grande efeito nesta área, não foram criados para isso. E, no avião, a gente sabe que é muito difícil você cortar a pulverização a cada corpo hídrico que você passa em uma região montanhosa, porque a região montanhosa, o corpo hídrico, em cada vale tem um. Então é praticamente impossível. Então eu acredito que está sendo muito razoável a proposta aqui de ser mais restritivo, o Estado pode ser mais restritivo do que a legislação federal, e não está prejudicando economicamente, ele está ordenando, inclusive, para evitar novas áreas. E só vou fazer uma junção disso rapidamente com o tema de biodiversidade, que foi muito falado aqui. Desde a COP, desde o Acordo de Paris, depois com o ESG em 2020, todo mundo só fala em descarbonização, descarbonização, descarbonização. Parece que esqueceram que o equilíbrio ambiental é muito mais amplo do que o CO<sub>2</sub>, e que é fundamental, mas não é só ele. A biodiversidade está voltando a tomar força, como sempre teve no passado. Os créditos de biodiversidade valem quatro, cinco vezes mais do que os créditos de carbono. Então, o que eu penso que seria bacana uma frente de trabalho, como o Estado pode ajudar para a gente estabelecer parâmetros de biodiversidade, a forma de mensurar, para que toda essa Zona de Amortecimento e da Mata Atlântica, que é a maior biodiversidade do planeta, como que a gente conseguiria viabilizar, por metodologia, auditoria, e estabelecer os parâmetros para que as áreas de parque e a sua Zona de Amortecimento pudessem usar créditos de biodiversidade, que valem muito mais do que crédito de carbono. Ainda mais se você junta água, que é o que mais tem nessa área. Isso poderia ser uma fonte de renda adicional à própria Fundação, poderia ser uma fonte de renda adicional aos proprietários das Zonas de Amortecimento que vivem num conflito enorme, que tem área, não são indenizados e precisam usar de alguma forma. Então, acho que uma frente com apoio internacional até de estabelecimento dos parâmetros de crédito de biodiversidade estaria mais do que na hora de fazer. E precisa de um Estado para isso. Obrigado.

**01:49:08 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Victorino, por favor.

**01:49:14 Eduardo Victorino:** Bom, pessoal, primeiro, parabéns pela apresentação para essa equipe maravilhosa. Vocês sempre estão fazendo um trabalho bom. Demora para caramba, viu, Nalon? Mas chegam lá. Pois é, quinto ano. E parabéns pela apresentação. Então, não deixo de agradecer a vocês e de parabenizar. É assim, não é, gente? A gente briga, briga, briga, Plano de Manejo, e que bom que ele vem, porque a gente sabe o que podemos fazer

e o que não devemos fazer. E o Plano de Manejo pode passar por revisões, então, acho que isso é importante. Eu vou até dar um exemplo aqui: nós temos uma área lá em Mariporã, que é uma área de relevante interesse ecológico, e hoje é uma briga eterna. O pessoal quer fazer coisas nessa área e que a gente não sabe se pode fazer ou não. Recentemente, a gente encontrou o Pavó, que é um pássaro que estava em extinção. Ele está por lá. Será que coisas que fazemos lá agridem essa nossa Unidade de Conservação que temos lá? E nós não temos Plano de Manejo. Então, quando se vai fazer um evento, a gente não sabe se pode fazer ou não, qual o prejuízo que vamos ter naquela Unidade. Então, o Plano de Manejo é fundamental que ele aconteça. Nós sabemos que tem vários outros que têm que ser feitos, que temos, inclusive, vários para fazer. E, obviamente, nós temos a oportunidade de fazer revisões. Mas o Plano de Manejo é fundamental. A discussão também é fundamental. O bagre africano, o highlander do nosso amigo, achei muito legal essa colocação, perfeita. Nós temos, por exemplo, o Tucunaré, da Bacia Amazônica, que é nativo, mas ele está aqui na Paiva Castro, que é exótico. Ele deve fazer um estrago lá, deve comer todo mundo lá, deve acabar com o que nós temos lá. Mas é isso. Então, mais uma vez, parabéns. Eu acho que cada vez que a gente traz para o CONSEMA um Plano de Manejo, para nós que sabemos a importância do Plano de Manejo, o saber aquilo que você pode e que você não deve fazer é muito importante. Seria isso. Obrigado.

**01:51:27 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Não tendo mais conselheiros inscritos, Nalon, você quer comentar algo ou eu posso já partir para a deliberação? Então, olha, eu vou sugerir o seguinte, considerando que as instituições que hoje se manifestaram contrariamente, os destaques já se manifestaram no relatório da CTBio, então isso já está registrado, eu vou sugerir que a gente vote direto a aprovação dos três relatórios da CTBio. Ok? Algum conselheiro não concorda com essa sugestão de encaminhamento? Então, a gente vai fazer a votação única para as três APAs. Ok? Então, vamos lá. Tem aqui alguma instituição contrária à aprovação dos relatórios da CTBio relacionados aos Planos de Manejo dessas Unidades? Alguma instituição contrária? Aqui no plenário, ninguém. Online, também não. Abstenção, temos algumas abstenções, temos aqui a FIESP, a FAESP, SAA. Ok, então duas abstenções registradas, portanto, solicito que aqueles que são favoráveis na aprovação do Plano de Manejo, por favor, levantem a mão para a gente registrar. Ok, então, portanto, os três Planos de Manejo foram aprovados. Muito obrigada, pessoal.

**01:53:01 Marco Nalon:** Obrigado. Feliz dia da Mata Atlântica.

**01:53:01 Naiana Lanza:** No dia da Mata Atlântica, três Planos de Manejo é bastante simbólico. Bom, passamos, então, agora ao último ponto da pauta, a homenagem à nossa querida Rosário. Eu vou projetar rapidamente a proposta de moção. Espero que a Rosário esteja nos acompanhando pelo YouTube. Rosário, esteja aí para você ver isso. É uma moção singela, é mais um gesto para não passar em branco. Então, vou proceder aqui à leitura. Então, "O Conselho Estadual de Meio Ambiente, em uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a dedicação, o comprometimento e a excelência profissional demonstrado pela senhora Maria do Rosário Coelho ao longo de sua trajetória junto ao CONSEMA, e considerando o reconhecimento de seus gestores, colegas e conselheiros pela atuação pautada pelo profissionalismo, ética, responsabilidade e pelo zelo no exercício de suas funções, manifesta seu reconhecimento e sua homenagem à senhora Maria do Rosário Coelho pelos seus relevantes serviços prestados e pela importante contribuição ao CONSEMA. Portanto, por meio desta moção, o CONSEMA registra os seus agradecimentos

e votos de estima, desejando-lhe pleno êxito em seus projetos pessoais e profissionais futuros

“ . Rosário, só temos a agradecer a você. Foi um privilégio passar pelo CONSEMA e ter você aqui. Eu não vou nem falar muito para não me emocionar aqui no YouTube, pessoal. Então, caso alguém queira falar alguma palavra para a Rosário para que depois ela veja, o microfone está aberto. Tem que aprovar a moção, esqueci, desculpa. Alguém tem alguma coisa contrária? Podemos aprovar a moção? Acho que tudo bem, foi aprovada. Por favor, Victorino, desculpa.

**01:55:06 Eduardo Victorino:** Bom, a Rosário é aquela pessoa especial. Eu a conheço há pouco tempo, sabe? Mas aí, todo dia que eu chegava aqui, ela dizia, Victorino, você é o 22. E ela assinava. E ontem ela mandou uma mensagem para mim, dizendo que ela estava se aposentando. Obviamente, como eu mandei um coraçõzinho para ela. Então, achei muito bacana. Eu olhei e falei, vou confirmar que eu estarei presente. Mas, na verdade, era a mensagem que ela estava saindo. Então, que a Rosário é uma pessoa fantástica. O pouco tempo que eu a conheci, ela foi muito carinhosa, dedicada. Separava lá a nossa... Porque isso aqui, às vezes, parece uma besteira, não é, gente? Mas isso aqui é muito importante para nós. A gente tem um nome aqui no Conselho tão importante como esse. Então, quando ela pegava isso aqui, esse aqui é seu, Victorino, e estava aqui já colocadinho, isso é o que a Rosário nos fazia e que nos deixa bastante felizes. E sucesso para ela. Um beijão no coração.

**01:56:07 Eduardo Leduc:** Eu vou fazer uma analogia, e não é de brincadeira. A gente batizou a Gisele Bündchen de Uber Model. Era mais do que uma top model, pelo jeito que ela trabalhava, pelo profissionalismo, não foi pela beleza, foi pelo profissionalismo. Para mim, a Rosário, eu já conheci muita gente, muita assistente no mundo corporativo. A Rosário é uma Uber assistente. Porque, sabe por que eu acho que era o grande diferencial dela? Era o foco no cliente. Talvez ela tinha um foco enorme interno, atendia totalmente o CONSEMA, a gestão do CONSEMA, mas o foco que ela tinha com a gente era uma coisa que dificilmente alguém tem. Então, Rosário, muito obrigado, espero que você viaje bastante, que você tem cabeça muito boa e saúde para isso.

**01:57:00 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro aqui temos também online a Joana gostaria de se manifestar, por favor, Joana.

**01:57:07 Joana Fava:** Bom dia a todos. Rapidinho, só para agradecer mesmo a Rosário, reforçar a fala dos meus colegas. Dizer que realmente ela tinha um carinho muito grande e um profissionalismo muito grande, um carinho muito grande com a gente. Eu, desde quando estava aí dentro, mas também como conselheira agora de sociedade civil. Então, parabenizar o trabalho, todo esse tempo de dedicação da Rosário e desejar muitas felicidades nas próximas etapas da sua vida. Rosário, um abraço.

**01:57:42 Naiana Lanza:** Bom, agradeço todas as manifestações. Enfim, eu passo agora a palavra à secretária para as manifestações e para o encerramento da reunião.

**01:57:52 Natália Resende:** Obrigada, Naiana. E eu também não poderia deixar de colocar algumas palavras aqui para a Rosário também. Agradecer muito. Muito trabalho, dedicação, competência e a forma humana que ela sempre tratou todos. Eu acho que é um exemplo. Hoje em dia a gente fala tanto de respeito, que o respeito é cada vez mais necessário. Por mais que a gente tenha nossas contradições, nossos debates, eu acho que, se mantiver o

respeito e a harmonia, a gente consegue avançar. E acho que isso a Rosário trazia muito no próprio modo de viver e de tratar com as pessoas. E eu acho que isso fica de exemplo para nós, cada vez mais necessário nos dias de hoje, pensando em um futuro melhor e em um presente com mais diálogo, com mais respeito, com mais harmonia. Então, deixar aqui nossos agradecimentos pelo trabalho e pela pessoa da Rosário em si, que a gente acredita que é assim que a gente tem que seguir no nosso trabalho, na nossa vida, na nossa convivência, enquanto pessoas. Então, queria que a gente desse uma salva de palmas aqui para a Rosário, que merece, né? E é isso, gente. Acho que tem mais algum ponto, Naiana? Não. Só desejar um ótimo dia para nós, uma ótima semana. A gente está sempre à disposição, é sempre muito bom contar com vocês aqui no nosso CONSEMA. Muito obrigada. Ótimo dia para nós.